

DIAGNÓSTICO: UMA SENTENÇA PARA A CIDADANIA!

SOLANGE MARIA DA ROCHA*

A escola, em sua concepção moderna, é um alcance recente na história do homem. Pouco mais de um século.

A nova ordem social, herdeira do ideal iluminista, preconizava, naquele momento, um mundo de igualdade de oportunidades e apostava no poder da razão e da ciência. O desenvolvimento dessas idéias favoreceu políticas de ensino na América do Norte, Europa e, também, aqui no Brasil. O esforço nesse sentido valia-se da idéia de escola como “redentora da humanidade”, “espaço de cidadania” onde as diferenças sociais (religião, etnias, classes) estariam minimizadas. Naturalmente que a realidade foi outra. Não havia escola para todos, nem uma necessidade objetiva para tão ambicioso projeto. Questões do tipo: a quem educar, de que maneira e para que, entraram na ordem do dia.

Inúmeras teorias, algumas racistas, outras identificadas com “hierarquias sociais”, embrulharam de vez o sonho iluminista de sociedade, definindo seus “eleitos” para a educação escolar.

Correndo por fora, um outro segmento social, não definido por características étnicas ou econômicas, desafiava a implantação de políticas educacionais — o dos deficientes ou diferentes.

Vindos a reboque, na onda de cidadania que assolou a

* Professora de História, Pedagoga e Mestranda em Educação Especial na UERJ.

Europa, desde a Revolução Francesa, esse grupo trouxe novos desafios à Educação.

Identificados como “seres castigados pelos deuses” na Antigüidade (Heródoto, séc. V a.C.), eliminados fisicamente nas fogueiras medievais, ou socialmente, nas sociedades Moderna e Contemporânea, os deficientes também foram promovidos a um certo espectro de Cidadania.

Tentando percorrer a trajetória social do surdo, em fins do séc. XVIII, por exemplo, já havia uma concepção generalizada de que era “instruível”, portanto, uma obrigação da sociedade. Esse reconhecimento é um marco na história dos deficientes, cuja trajetória nas sociedades humanas foi de descrédito, preconceito, mutilação, piedade e loucura.

A idéia de ser “instruível”, apto para a escola, era um lenitivo nessa pesada epopéia.

Em meados do séc. XIX, duas instituições com fins educacionais são fundadas no Brasil. O Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Hoje, sabemos não serem ideais em sua concepção, mas era um começo de caminho.

Naturalmente que elas traziam o peso de grandes guetos de iguais, longe da sociedade comum.

A rigor, essas questões atravessaram o tempo e desembocaram na nossa modernidade como temas-desafios.

O gueto talvez surgisse como defesa de uma pressão social enorme, objetivada nos universos simbólicos que sempre perpassaram os deficientes sensoriais, físicos ou mentais.

Essa poderosa rede simbólica milenar, tecida nos valores culturais das sociedades humanas, produziu verdades, que hoje, embora absolutamente atemporais, não conseguimos ainda romper.

Ao falar das origens do universo simbólico, BERGER e LUCKMAN apontam para uma periodização da biografia simbolizada em cada estágio, pela referência à totalidade dos significados humanos, ou seja, ser criança, ser adolescente, é legitimado como um modo de ser no universo simbólico.

Ser deficiente também, embora essa periodicidade fique diluída no estigma maior, aquilo que ele não é, no seu déficit.

Ser criança, ser adulto, fica num plano secundário. Sua referência é ser deficiente. É nesta categoria que encontra o seu correspondente simbólico. Uma marca, tal como no gado o símbolo de seu dono. Assim, vai formando o seu autoconceito, reflexo incontestável do conceito que ele goza no seio de seu grupo.

Quando a socialização, por alguma razão, acontece de forma imperfeita, o surgimento de pequenos universos sociais, guetos, apontam uma saída de emergência para esta população que tende, como todo ser humano, ao grupo. Precisa ser aceito, desfilar suas potencialidades, definir sua individualidade.

Sabemos que o gueto não é ideal, precisamos conviver com o que nos é diferente, JEAN BAUDRILLARD diz: “O outro é o que me dá a possibilidade de não me repetir ao infinito”.

Esse é o grande desafio da Educação Especial. Ter uma identidade de Educação e não de Clínica. Ela, às vezes, é apresentada de forma nebulosa e fronteira da área médica. Ora, saúde é saúde, educação é educação. O educador especial recebe seu aluno e a relação deve ser de ensino-aprendizagem. Este é um elemento complicador, o aluno é mais visto como “paciente”, “cliente” do que como aluno. O universo simbólico implícito nessa relação açoda a estigmatização, confunde a cabeça do professor, tornando-o um “personagem” em busca do seu papel e do aluno, tornando-o um “paciente” em busca de sua identidade (cura?).

Por tudo isso, “universos simbólicos”, “guetos”, “pacientes X alunos”, há na educação especial dois procedimentos que podem definir, libertar ou tornar lasso um candidato a cidadão: a avaliação e o diagnóstico.

Quando um casal é chamado ao consultório de um médico para tomar conhecimento de algum problema com seu

filho, a primeira sentença estará dada e pode representar uma “verdade” que perseguirá pai, mãe e filho para o resto da vida.

Existem relatos de mães que tiveram seus filhos “condenados à deficiência” — “Seu filho é surdo, nunca mais vai ouvir, existe uma escola de surdos em Laranjeiras, a senhora tem que se conformar, seu filho não vai falar, ele vai fazer gestos para se comunicar”. Uma fábrica de preconceitos a serviço do desespero. Essas famílias já estão massacradas com a idéia de ter concebido um “deficiente”, então, esse contato deveria ser de outra maneira.

Se o médico não conhece as possibilidades pedagógicas de um surdo, não deve se manifestar sobre elas. Se o professor não conhece as possibilidades residuais auditivas de um surdo não deve negá-las.

As relações entre as equipes multidisciplinares devem ser estreitas e constantes. A troca é fundamental. Perde-se muito da possibilidade real de um deficiente pela ausência de troca entre as equipes.

Com um diagnóstico do tipo: — Surdo profundo responde em tais frequências... então o estimulador auditivo (professor) saberá como conduzir seu trabalho.

A ciência aponta uma audição residual no surdo, a tecnologia se apronta para estimulá-la e a pedagogia referenda. Quantos profissionais passaram por esse processo? Por que negar a comunicação oral ao surdo? Ele pode. A ciência diz. O diagnóstico aponta. Assim vamos rompendo com as “verdades produzidas”.

O espaço da escola já está garantido aos deficientes. A guetificação vem sendo questionada. Mobiliário, currículo, material didático, estratégias de atendimentos são aperfeiçoados. É preciso também aperfeiçoar os recursos humanos e conseqüentemente os processos de avaliação e diagnóstico a que são submetidas essas pessoas.

Há algumas questões que não podemos perder de vista, cada indivíduo possui características históricas, sociais e orgânicas diferentes. A deficiência é apenas um dos elementos que

compõem a totalidade de um ser humano. Não deve ser privilegiada nem desprezada, apenas considerada.

Diz ERICH FROMM, em relação ao homem:

“Conquanto compartilha a essência das qualidades humanas com todos os membros de sua espécie, ele é sempre um indivíduo, uma entidade original, diferente de todas as demais. Ele difere em sua mistura particular de caráter, temperamento, talentos, aptidões, tal como difere em suas impressões digitais. Só pode afirmar suas potencialidades humanas concretizando sua individualidade. O dever de estar vivo é o mesmo que o dever de transformar-se em si próprio, isto é, de transformar-se no indivíduo que ele é em potencial.”

O diagnóstico é uma sentença para a Cidadania!